



A CONFIGURACAO DO FINANCIAMENTO ESPORTIVO ESTADUAL: ESTUDO COMPARATIVO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA¹

Fernanda Gimenez Milani²

Pedro Henrique Iglesias Menegaldo³

Fernando Augusto Starepravo⁴

RESUMO

O presente estudo parte do pressuposto de que a configuração do financiamento esportivo é determinante na caracterização das políticas públicas. Nesse sentido, por meio da pesquisa documental sobre os dados orçamentários do governo do Paraná e de Santa Catarina buscou-se identificar as fontes de financiamento, o volume e a distribuição de recursos designados para o esporte. Os dados demonstraram que diferentes tipos de fontes de financiamento, não influenciam diretamente no aumento de volume de recursos direcionados para o setor esportivo, bem como, não garante maiores investimentos em programas e projetos do setor.

PALAVRAS-CHAVE: financiamento; esporte; políticas públicas.

INTRODUÇÃO

O esporte, ao longo da história, passou por diversas transformações à medida que foi ganhando notoriedade social. No Brasil, essas transformações ocorreram a luz de um processo de intervenção estatal que culminou no reconhecimento do esporte como um direito social, durante a década de 1980 (STAREPRAVO, 2011). Diante desta necessidade de garantir o acesso ao esporte como um direito, muitas ações governamentais foram realizadas visando atender a esta nova demanda, dentre elas está o financiamento de políticas públicas de esporte (DINIZ; SILVA, 2016), que, sobretudo, envolve o processo de tomada de decisão dos governos, sendo possível identificar suas aspirações por meio do comprometimento dos recursos financeiros.

Estudos acerca das análises orçamentárias no campo da Educação Física vêm ganhando importância nos últimos anos. Porém a maioria das investigações está centrada no financiamento a nível federal (ALMEIDA, 2010; CASTELAN, 2011; ATHAYDE, 2014; CASTRO, 2016), sendo que em nível estadual localiza-se apenas o estudo de Diniz e Silva (2016; FURTADO et al, 2016). Diante desta carência de pesquisas no Brasil relacionadas com a temática e como forma de oferecer subsídios para orientar as ações governamentais, este estudo visa comparar os sistemas

1 O presente trabalho não contou com apoio financeiro de nenhuma natureza para sua realização.

2 Universidade Estadual de Maringá (UEM), fernandagmilani@gmail.com

3 Universidade Estadual de Maringá (UEM), pedromenegaldo@hotmail.com

4 Universidade Estadual de Maringá (UEM), fernando.starepravo@hotmail.com

estaduais de financiamentos esportivos, quanto ao volume de recursos designados para o setor, bem como, a distribuição de recursos entre as subfunções⁵ de cada órgão governamental.

O uso da comparação como método de estudos na política, implica, basicamente, em procurar semelhanças ou diferenças entre governos, a fim de oferecer subsídios para ações futuras (GONZALEZ, 2008). Sendo assim, a escolha por investigar o financiamento das políticas públicas estaduais de esporte no Brasil se torna importante devido ao baixo acúmulo de conhecimento nesta área, como já dito anteriormente, mas também, devido a autonomia dos estados brasileiros em questões financeiras, administrativas e políticas, o que acarreta em vários arranjos organizacionais (FREY, 2000) que podem ser semelhantes ou diferentes entre si. Esta característica torna a comparação um método instigante de análise entre governos estaduais no Brasil.

Diante dessa realidade, o estudo caracteriza-se por ser quantitativo descritivo de cunho exploratório (GIL, 2007) teve como objetivo central Comparar os sistemas estaduais de financiamentos esportivos quanto ao volume de recursos designados para o setor, bem como a distribuição de recursos entre as subfunções de cada órgão governamental, entre os anos de 2011 a 2016.

METODOLOGIA

Face ao descrito, selecionamos dois estados brasileiros com potenciais econômicos semelhantes, porém com políticas de financiamentos de esporte diferentes (Paraná e Santa Catarina). Como critério de inclusão quanto à capacidade econômica, utilizamos indicadores como a porcentagem de participação do Produto Interno Bruto (PIB) e Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M). Segundo dados do IBGE (2014) a Região Sul, onde se encontra os dois estados selecionados, ocupa a segunda posição no ranking das regiões de maior peso na participação do PIB, sendo o estado do Paraná o quinto colocado e Santa Catarina o sexto. No que tange ao IDH-M, este cenário não é diferente. No ano de 2010, Santa Catarina atingiu um índice alto (0,774) de desenvolvimento humano, ocupando a terceira posição e o Paraná, também obteve índice alto (0,749) localizando-se na quinta posição (IBGE, 2014). Estes dados demonstram características econômicas e de desenvolvimento social, semelhantes entre os estados, o que contribui para a análise comparativa.

A realização deste trabalho procedeu-se através do levantamento de dados coletados por meio de pesquisa documental no Portal da Transparência do estado do Paraná⁶ e de Santa Catarina⁷, entre os anos de 2011 a 2016. A escolha por este período como recorte temporal se deu devido à disponibilidade total dos dados na plataforma, disponíveis na íntegra entre os anos supracitados, haja vista o ano de produção deste trabalho.

Foram identificadas três subfunções na alocação de recursos: 1) investimento (Santa Catarina) e Desporto e Lazer (Paraná)⁸; 2) Outras Despesas Correntes; e 3)

5 Segundo Castro (2016) a classificação por função e subfunção, se refere à área de atuação governamental em que a despesa será realizada, se enquadrando para esta investigação.

6 <http://www.transparencia.pr.gov.br/>

7 <http://www.transparencia.sc.gov.br/>

8 Para fins didáticos, optou-se por adotar “investimento” para denominar esta subfunção.

Pessoal e Encargos Sociais. A compreensão de cada subfunção está presente na aba “Glossário” no Portal da Transparência do Governo Federal⁹, a saber,

I - investimento: despesas de capital destinadas ao planejamento e à execução de obras públicas, à realização de programas especiais de trabalho e à aquisição de instalações, equipamento e material permanente;

II - Outras Despesas Correntes: despesas com a manutenção e funcionamento da máquina administrativa do governo, tais como: aquisição de pessoal, material de consumo, pagamento de serviços prestados por pessoa física sem vínculo empregatício ou pessoa jurídica independente da forma contratual, e outras não classificadas nos demais grupos de despesas correntes;

III - Pessoal e Encargos Sociais: despesa com o pagamento pelo efetivo serviço exercido de cargo/emprego ou função no setor público quer civil ou militar, ativo ou inativo, bem como as obrigações de responsabilidade do empregador (BRASIL, 2016).

A partir do levantamento realizado, os dados foram tabulados no Excel (2010) e posteriormente analisados, por meio de estatística descritiva.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Durante os anos de 2011 a 2016, no estado do Paraná, governado por Carlos Alberto Richa, do PSDB, verificou-se (Gráfico 01) uma queda acentuada no investimento em políticas esportivas na transição de 2011 para 2012, com um déficit de aproximadamente R\$ 20 milhões. Neste período de transição entre o planejamento da gestão anterior e atual, o esporte que estava vinculado com a Secretaria da Educação passa a se inserir no planejamento governamental enquanto objeto único de uma Secretaria, denominada de Secretaria de Estado do Esporte. Esta configuração administrativa permaneceu até 2014, correspondendo a um período de estase nos investimentos para o setor. A partir de 2015, esta estabilidade se rompe e podemos identificar um aumento de R\$ 25 milhões no volume de recursos destinados ao esporte.

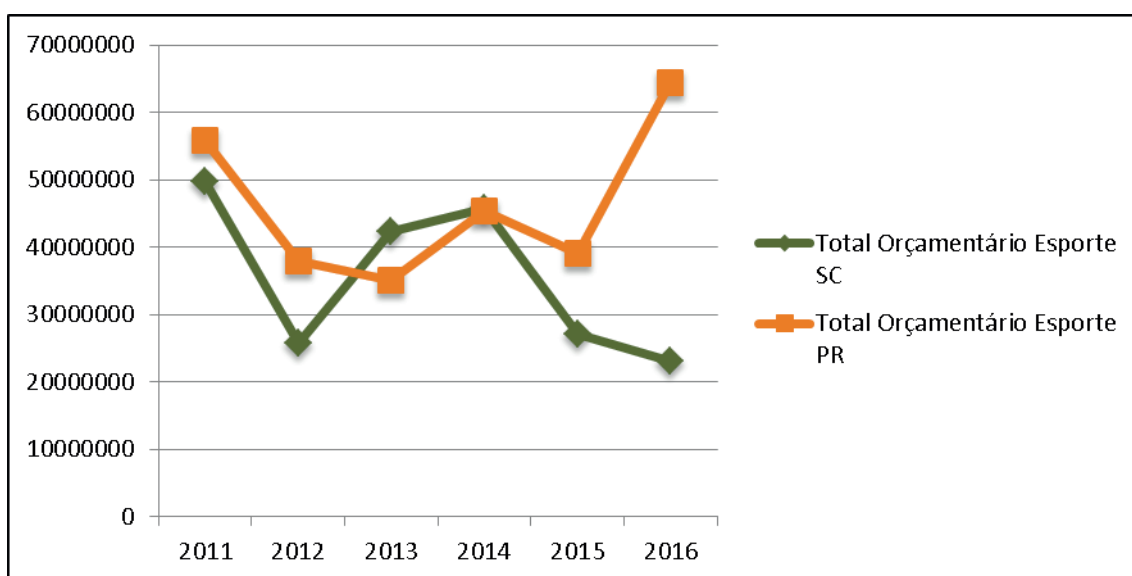


Gráfico 1 - Configuração do volume de recursos públicos designados para o esporte.
Fonte: Elaboração própria.

⁹ <http://transparencia.gov.br/>

No estado de Santa Catarina, por sua vez, esta realidade se mostrou distinta. Sendo governado por João Raimundo Colombo (PSD) desde 2011 até a presente data, o desenvolvimento do esporte encontra-se vinculado a Secretaria de Estado do Turismo, Cultura e Esporte (SOL). Nesta secretaria, a política de esporte está vinculada a Fundação Catarinense de Desportos (FESPORTE) e tem como órgão financiador dos projetos esportivos o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte¹⁰ - FUNDESPORTE. Apesar desta estabilidade administrativa, no que tange ao financiamento das políticas públicas de esporte, este apresentou variações significativas (Gráfico 01) durante este período.

Entre os anos de 2011-2012 verificou-se que o esporte sofreu um déficit de investimento de aproximadamente R\$ 20 milhões, o que foi recuperado durante os dois anos seguintes. Porém, é possível observar que, apesar desta recuperação, o investimento no setor volta a perder força, somando um déficit de quase R\$ 23 milhões de reais a partir de 2014.

Este comportamento distinto entre os Estados também foi identificado em relação à configuração da distribuição desses recursos entre as subfunções do setor.

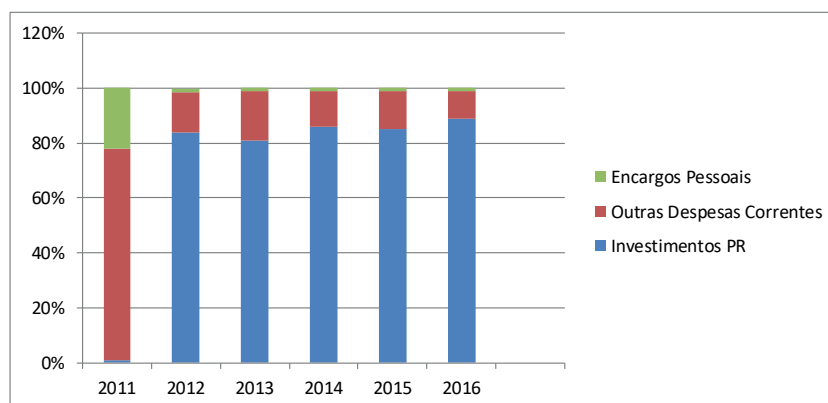


Gráfico 2 - Distribuição de recursos entre as subfunções do esporte no Paraná.
Fonte: elaboração própria.

Neste quesito, o Paraná despendeu a maior parte de seus recursos com despesas de “Investimentos” (Gráfico 2), ou seja, gastos referentes a execução de programas, aquisição de materiais ou infraestrutura.

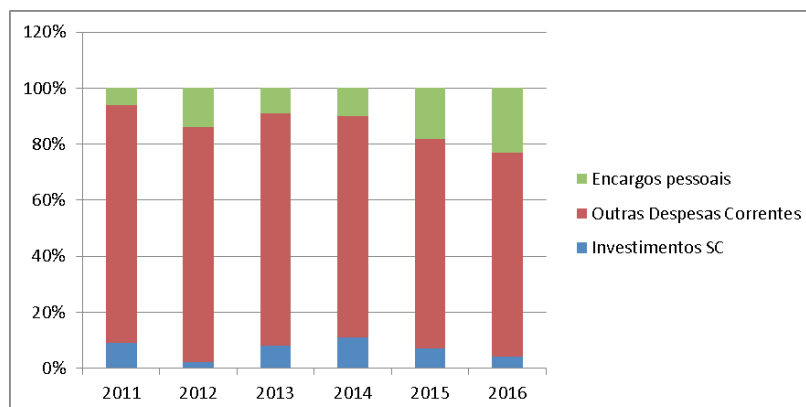


Gráfico 3 - Distribuição de recursos entre as subfunções do esporte em Santa Catarina.
Fonte: Elaboração própria.

¹⁰ Instituído pela Lei Nº 13.336, de 08 de março de 2005, que corresponde a Lei de Incentivo ao Esporte.

Já o estado de Santa Catarina, direcionou a maioria de seus recursos (80%), para o pagamento de “Outras Despesas Correntes” (Gráfico 3), que corresponde a gastos com o funcionamento e manutenção da máquina administrativa, como já citado anteriormente. Vale destacar ainda que as despesas com “Investimentos” ocupam apenas a terceira posição dentre as prioridades do governo catarinense, comprometendo em média 10% do total orçamentário designado ao esporte.

CONCLUSÃO

Tendo como objetivo investigar comparar os sistemas estaduais de financiamentos esportivos, quanto ao volume de recursos designados para o setor, bem como a distribuição de recursos entre as subfunções de cada órgão governamental durante os anos de 2011 a 2016, verificou-se que o estado do Paraná apresentou várias mudanças administrativas na área do esporte, porém menor variação quanto ao volume de recursos financeiros designados para o setor, neste período, quando comparados ao estado de Santa Catarina, no qual foram identificadas as mesmas estruturas administrativas nos seis anos analisados, porém variações significativas quanto ao volume de recursos destinados ao esporte.

No quesito distribuição de recursos, a subfunção “Investimento” teve maior representatividade no estado do Paraná, enquanto que no governo catarinense, a subfunção “Outras Despesas Correntes” recebeu a maior parcela de recursos.

De forma geral, verificou-se que as fontes de financiamento não influenciam diretamente na configuração da distribuição de recursos financeiros destinados ao esporte, bem como, não interfere no volume de recursos designados para o setor. Contudo sugere-se a realização de uma investigação aprofundada, considerando outras características, como por exemplo, o alcance social e o quantitativo de projetos e programas esportivos desenvolvidos por esses estados.

THE CONFIGURATION OF STATE SPORTS FUNDING: A COMPARATIVE STUDY BETWEEN PARANÁ AND SANTA CATARINA

ABSTRACT: The present article assumes that the configuration of sports financing is decisive in the characterization of public policies. In this sense, through documentary research on the budget data of the government of Paraná and Santa Catarina, it was sought to identify the sources of financing, volume and distribution of resources designated for the sport. The data showed that different types of financing sources do not directly influence the increase in resources allocated to the sports sector, nor does it guarantee greater investments in programs and projects in the sector.

KEYWORDS: financing; sport; public policy.

LA CONFIGURACIÓN DEPORTE DEL ESTADO DE FINANCIAMIENTO: ESTUDIO COMPARATIVO ENTRE PARANÁ Y SANTA CATARINA

RESUMEN: Este artículo se supone que la configuración de la financiación del deporte es fundamental en la caracterización de la política pública. En este sentido, a través de la investigación documental sobre los datos de presupuesto del gobierno de Paraná y Santa Catarina tratado de identificar fuentes de financiación, el volumen y la distribución de los recursos asignados a este deporte. Los datos mostraron que los diferentes tipos de fuentes de financiación, no influyen directamente en el aumento del volumen de los fondos para el sector deportivo, así, no garantiza una mayor inversión en programas y proyectos en el sector.

PALABRAS CLAVES: financiación; deporte; políticas públicas.

REFERÊNCIAS

- ATHAYDE, P. F. A. A disputa pelo fundo público no âmbito do financiamento esportivo brasileiro. **Revista Brasileira De Ciências Do Esporte**, v. 36, 2016.
- ALMEIDA, B. S. O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil. 2010. 119 f. Dissertação (Mestrado em Educação Física) – Departamento de Educação Física, UFPR, Curitiba, 2010.
- CASTELAN, L. P. As Conferências Nacionais do Esporte na Configuração da Política Esportiva e de Lazer no Governo Lula (2003-2010). 2011. 183f. Dissertação (Mestrado em Educação Física). Faculdade de Educação Física, Unicamp, Campinas, 2011.
- CASTRO, S. B. E. de. Políticas públicas para o esporte e lazer e o ciclo orçamentário brasileiro (2004-2011): prioridades e distribuição de recursos durante os processos de elaboração e execução orçamentária. 2016. 382 f. Tese (Doutorado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2016.
- SANTA CATARINA. FESPORTE. **Nossa História**. Disponível em <http://www.fesporte.sc.gov.br/> Acesso em 14 abr. de 2017.
- FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. **Planejamento e Políticas Públicas (IPEA)**, Brasília, v. 21, p. 211-259, 2000.
- FURTADO, S. *et al.* O financiamento do esporte em Santa Catarina: o caso do FUNDESORTE nos anos de 2011 e 2012. **Motrivivência**, Florianópolis, v. 28, n. 47, p. 145-159, maio 2016.
- GONZALEZ, R. S. O método comparativo e a ciência política. **Revista de Estudos e Pesquisas sobre as Américas**, v. 2, n. 1, 2008.
- IBGE. **Contas Regionais do Brasil 2014: Produto Interno Bruto – PIB e Participação das Grandes Regiões e Unidade da Federação**. 2014. Disponível em: <http://saladeimprensa.ibge.gov.br/noticias?view=noticia&id=1&busca=1&idnoticia=3315>. Acesso em: 10 abr. de 2017.
- _____. **Estados Brasileiros: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/estadosat/index.php>. Acesso em: 10 abr. de 2017.
- SANTA CATARINA. **Lei 13.336, de 08 de março de 2005**. Institui o Fundo Estadual de Incentivo a Cultura, Fundo Estadual de Incentivo ao Turismo e o Fundo Estadual de Incentivo ao Esporte, no âmbito do Sistema Estadual de Incentivo à Cultura, ao Turismo e ao Esporte e estabelece outras providências. Disponível em www.sol.sc.gov.br. Acesso em 10 abr. de 2017
- STAREPRAVO, F. A. Políticas públicas de esporte e lazer no brasil: aproximações, intersecções, rupturas e distanciamentos entre os subcampos político/burocrático e científico/acadêmico. 2011. 422f. Tese (Doutorado em Educação Física), Universidade Federal do Paraná. Curitiba: 2011.